

## Provisória Ou Permanente?

A intenção governista é prorrogar até 2010 a cobrança da CPMF, mantendo a alíquota atual de 0,38%, e a Desvinculação das Receitas da União (DRU). A CPMF e a DRU - que faculta ao governo a livre utilização de 20% dos impostos federais arrecadados, após os repasses obrigatórios - vencem em 2007 e precisam ser renovadas para continuar valendo. O governo, na verdade, queria prorrogar a cobrança por mais dez anos, mas foi demovido da idéia face a resistência apresentada no Senado e na Câmara, até mesmo por integrantes da chamada "base aliada". Criada inicialmente para aumentar os recursos destinados à Saúde, a CPMF garantiu, entre 1995 e 2006, uma arrecadação de cerca de R\$207 bilhões<sup>1</sup> para os cofres do Tesouro Nacional. Mas o que vem ocorrendo é que boa parte desses recursos deixa de ser aplicada nas áreas sociais para ir compor o *superávit* fiscal primário, ou seja, para pagar juros da dívida pública. A destinação da CPMF hoje é - ou deveria ser - compartilhada entre Saúde, Previdência Social e Fundo de Combate à Pobreza. Mas com a DRU o governo tem a possibilidade de desviar parte dos recursos para pagar o serviço da dívida (juros). Tomando o ano de 2006 como exemplo e tendo como base os dados fornecidos pela Receita Federal, verificamos que o governo arrecadou com a CPMF naquele ano o montante líquido de R\$32,087 bi, onde R\$12,9 bi foram para a Saúde, R\$6,8 bi para a Previdência Social e R\$6,3 bi para o Fundo de Combate à Pobreza. No total, a área social foi contemplada com R\$26 bilhões dos recursos da CPMF. O saldo de cerca de R\$6,09 bi foi, graças à DRU, compor o *superávit* fiscal primário, que é empregado para saldar os juros da

<sup>1</sup> Fonte: Receita Federal

dívida mobiliária do governo federal.

A CPMF, num país de carga tributária reconhecidamente elevada, é certamente um imposto que impinge um sacrifício aos contribuintes. Ao recebermos nossos extratos bancários ao fim de cada mês constatamos o seu peso. Mas esse poderia ser um sacrifício até justificável, se tais recursos fossem realmente reforçar os tão necessitados cofres da área social, contribuindo para uma melhor distribuição da Renda Nacional e elevando a qualidade de vida do brasileiro. Mas a situação muda de figura quando vemos mais de um quinto da arrecadação da CPMF sendo utilizada para financiar a irresponsabilidade fiscal deste governo e dos seus antecessores. Não queremos dizer com isso que o governo não deva pagar os juros da sua dívida. Apenas entendemos que *superávit* fiscal primário deve ser consequência da austeridade, ou seja, da redução dos gastos públicos e não do resultado unilateral da arrecadação de impostos.

Ao que tudo indica a CPMF e a DRU deverão ser prorrogadas, após uma breve negociação. A base aliada sinaliza que votará a favor do governo, pedindo em contrapartida umas "fatias do bolo" para os estados e municípios. O governo responde que está aberto ao diálogo. A consequência desse processo de prorrogação acabará sendo a substituição do "P" da sigla CPMF: de provisória para permanente.